



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL

## **Parecer nº 100/2014-PG**

**Assunto:** Análise do PL 115/2014 que cria o CMPIR – Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

**Referência:** Pedido verbal/ informal do Procurador-Geral.

**Interessado(s):** Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

**Ementa:** Direito Constitucional. Direitos Humanos. Direitos e Garantias Fundamentais. Constitucionalidade. Legalidade.

### **I. Relatório**

1. Trata-se de estudo e parecer jurídico acerca da constitucionalidade e da legalidade (ou não) do PL supra referido.
2. Atendidos os requisitos regimentais, encontra-se a proposição em condições de análise. É o que basta relatar. Passo a fundamentar.

### **II. Fundamentação jurídica**

3. O Projeto de Lei em tela, oriundo do Poder Executivo, visa criar o CMPIR – Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial.
4. A proposição está em consonância com a Constituição da República, Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, LOM – Lei Orgânica Municipal.

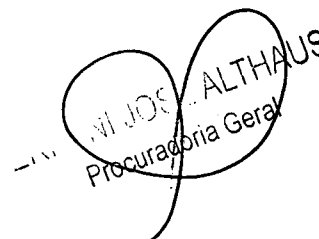
### **III. Conclusão**

5. Diante da argumentação exposta, quanto ao aspecto jurídico, entendo ser o PL 115/2014 constitucional e legal.

É o parecer que submeto à consideração.

Novo Hamburgo/ RS, 22 de setembro de 2014.

  
**Fernando Mizerski**  
Procurador

  
WILTON JOSÉ ALTHAUS  
Procurador Geral